

principalmente, para a formação de nossos alunos: aquilo que é capaz de lhes mostrar que sabem escrever porque são capazes de expressar, em palavras, encadeamentos lógicos e diferentes orientações discursivas, ou seja, porque são capazes de pensar. Desembaraçar o emaranhado de problemas que dizem respeito à produção textual começa, de fato, por aí.

Bibliografia

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Problemas de lingüística descritiva*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ECO, Umberto. A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino in: DUBY, Georges (org.). *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Trad. de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. [Anais, 13]. p. 23-48.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual; mecanismos de constituição textual, a organização do texto, fenômenos de linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. [Repensando a Língua Portuguesa]. 75 p.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LISPECTOR, Clarice. Amor. *Laços de família; contos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 17-30.
- QUEIROZ, Rachel de. *Cenas brasileiras: crônicas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, Deonísio da. O primeiro apagão a gente nunca esquece: um relato sobre a verba original e a criação da luz. In: *Minha vez – crônica. Época*. Ano IV, nº. 158, São Paulo: Globo, 28 de maio de 2001. p. 114.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

OS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS DO DISCURSO

Profa. Me. Dulcileide V. do Nascimento - UERJ

Resumo:

Essa incessante busca do homem em aperfeiçoar, e ao mesmo tempo entender, a linguagem o levou a criar normas para a criação e a análise de textos (o surgimento oficial da lingüística textual foi no final da década de 60). Entendendo essa necessidade do homem, enquanto ser social, de compreender a linguagem, seja através da fala ou da escrita, busco através deste trabalho demonstrar a validade de formalização de regras para a análise textual, ou melhor, para a análise de um discurso, texto em determinada situação, tomando como base não só a retórica aristotélica, mas, principalmente, a obra da Ingedore G. Villaça Kock intitulada *Argumentação e Linguagem*.

Palavras-chave: argumentação; persuasão; guerra do Peloponeso

A retórica foi, e ainda é, de todas as artes a mais útil ao ser social, pois através dela o homem busca subsídios para, por meio da palavra, fazer com que os outros componentes de uma sociedade aceitem suas idéias.

A linguagem, caracterizada pela sua inerente argumentatividade, é uma ação complexa que tem a intenção de provocar outra ação, os atos humanos. E para alcançar seu objetivo, a princípio, utiliza a retórica, que foi sistematizada por Aristóteles de Estagira, na *Arte Retórica*.

Essa obra trata dos meios de persuasão, dividindo-os entre aqueles graças aos quais o orador produz sobre a sua audiência uma impressão favorável de seu próprio caráter e aqueles graças aos quais ele causa emoção. A esses dois meios acrescentou a argumentação por meio de exemplos ou de entimemas; em seguida, discute as principais características que um discurso deve ter que são a clareza, a propriedade e a boa disposição das palavras.

Tendo em vista a importância dada à retórica em Atenas - pois a vida e os bens de seus cidadãos podiam depender da sua força de persuasão diante dos juizes, ou, se tivessem ambições políticas, de como se exprimiam na assembleia do povo - os discursos foram divididos, de acordo com o seu tipo de ouvinte e sua temática, em:

- a) deliberativos: em que o ouvinte, se for cidadão, é quem decide sobre as realizações futuras; a temática é política e a decisão dos cidadãos é de suma importância para a cidade;
- b) judiciário: a decisão sobre os acontecimentos passados cabe a um grupo de juizes; a temática é de conflito de interesses, individuais ou coletivos, que deverão ser julgados e decididos. Se divide em judiciário público ou privado;
- c) epidídico: o ouvinte é simplesmente um espectador, que não só ajuíza sobre

o talento do orador, mas principalmente reflete sobre sua exposição de idéias. Nesse tipo de discurso há sempre um elogio ou uma censura a atos e fatos ocorrentes na cidade.

Entretanto, para uma melhor compreensão do processo argumentativo e do discurso propriamente dito é necessário esclarecer que para a realização de ambos necessita-se de três itens: um tema, um orador e um receptor, itens que serão esclarecidos pela análise do discurso contido na *Historia da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, historiador grego de século V a.C., livro II, 139 – 144, cujo tema é: “**não devemos ceder aos peloponésios**”:

- orador: (para Aristóteles o caráter do orador é fundamental para a aceitabilidade do discurso, ele deve ser constituído de três elementos: sabedoria, virtude e benevolência. Por isso não basta mencionar somente o nome do orador, mas também as suas qualificações):

“Finalmente Péricles, filho de Xântipos, o homem mais eminente entre os atenienses daquele tempo graças à sua superioridade tanto em palavras quanto em atos, subiu à tribuna os aconselhou assim...(§139)”

- receptor: (quando um discurso tem o objetivo de persuadir, ele se detém a um público particular, tendo um caráter temporal, pois os argumentos utilizados, para serem plausíveis e verossímeis vão se enquadrar num determinado contexto social):

“mantendo-se fiel aos meus pensamentos de sempre, atenienses, não devemos ceder aos peloponésios”. (§140)

O segundo passo a ser seguido, depois da compreensão dos itens mencionados acima, é utilizar os processos descritos por Kock para entender a argumentatividade do texto. Essa argumentatividade vai ser analisada, basicamente, sob dois aspectos: estrutura argumentativa das frases e manobras discursivas.

Esse discurso se enquadra no que chamamos de discurso deliberativo pela sua temática e pelo seu tipo de ouvinte, pois aos cidadãos atenienses cabe a decisão e ao orador convencê-los de que a tese por ele exposta é a melhor a ser seguida.

Para uma melhor compreensão do texto é necessário tecer alguns comentários sobre a guerra do Peloponeso.

A guerra do Peloponeso foi em seus aspectos mais importantes uma luta entre Atenas, um estado democrático e uma potencia marítima e a maioria dos estados do Peloponeso, conjuntamente com a Boiotia e liderados por Esparta, uma potencia oligárquica e conservadora, cujas forças terrestres constituíam o exército mais preparado da época. A verdadeira causa do conflito, segundo Tucídides, teria sido o crescimento do poderio de Atenas, então no auge de sua grandeza, fato que teria levado os espartanos a se sentirem ameaçados por ela. Uma causa mais profunda, de acordo com teorias modernas, teria sido a rivalidade comercial entre

Atenas e Corinto.

Esse discurso foi importante porque através dos argumentos nele utilizados os atenienses foram convencidos a guerrear. Vejamos o a nossa tradução do discurso:

“Mantendo-me fiel ao meu pensamento de sempre, atenienses: não devemos ceder aos peloponesios. Sei que os homens não são em geral movidos pelo mesmo animo quando estão realmente engajados numa guerra e quando estão apenas sendo persuadidos a entrar nela, e mudam o seu modo de pensar de acordo com as circunstâncias. Ainda agora vejo que devo dar-vos o mesmo conselho do passado, ou quase o mesmo, e espero, por uma questão de justiça, que aqueles que nos apoiarem se mantenham co-responsáveis pela decisão no caso de falharmos, ou então não aspirem, no caso de sucesso, às honras de uma decisão inteligente. Os acontecimentos podem mover-se de maneira imprevisível, da mesma maneira que os planos do homem; é por isso que em geral pomos na sorte a culpa de todos os acontecimentos contrários ao nosso raciocínio.

Já era notório que os lacedemônios estavam tramando contra nós, e agora é ainda mais. Embora estivesse expressamente pactuado que submeteríamos as nossas divergências à arbitragem, nem a aceitaríamos quando a sugerimos; para resolver os litígios eles preferem a guerra à paz, e agora estão aqui para apresentar queixas. Mandam-nos levantar o cerco de Potidéia, restaurar a independência do Egina e revogar o decreto relativo a Megara; agora estes homens recém-chegados proclamam que devemos dar independência a todos os helenos. Nenhum de vos, porém, deve pensar que iremos entrar na guerra por motivos banais se nos recusarmos a revogar o decreto megárico – assunto sobre o qual eles mais insistem, dizendo que não haverá guerra se o revogarmos – nem abrigar depois no espírito a idéia recôndita de que estaremos em guerra por quase nada; esse “quase nada” representa para nós a afirmação e a prova de nossas convicções políticas.

Se transigirdes neste ponto, imediatamente receberéis ordens deles para ceder em outro mais importante, pois pensarão que concordaste por medo; contrariamente, uma recusa firme de vossa parte fa-los-á entender claramente que deverão tratar convosco em termos de igualdade.

Devereis conformar-vos, então, aqui e agora, com o receber ordens deles antes que vos façam algum mal, ou, se pretendeis ir à guerra – como a mim me parece mais acertado – ide com a determinação de não ceder sob pretexto algum, grande ou pequeno, e de não vivermos amedrontados por causa dos bens que possuímos. Toda reivindicação, seja ela grande ou pequena, resulta na mesma sujeição quando, sem um julgamento prévio, ela nos é apresentada sob a forma de exigência por alguém igual a nós.

Quanto à guerra e aos recursos de cada lado, ficareis convencidos, após ouvir de mim os detalhes, de que a vossa posição é tão forte quanto a deles. Os

peloponésios lavram, eles mesmos, as suas terras e não têm riquezas, nem privadas, nem públicas; além disso, não têm experiência de guerras prolongadas ou ultramarinas, porque, devido à sua pobreza, somente se empenham em campanhas curtas uns contra os outros e, separadamente. Ora, povos tão pobres não podem tripular naus ou empreender expedições terrestres freqüentes, pois teriam de afastar-se de suas propriedades e ao mesmo tempo estariam consumindo seus recursos, suficientes apenas para fazer face às despesas rotineiras; mais ainda, o mar lhes seria interdito. Finalmente, são as riquezas acumuladas, e não impostos arrecadados sob pressão, que mais propensos a expor suas vidas que suas propriedades na guerra, pois têm esperança de sobreviver aos perigos, mas não têm certeza de que não esgotarão seus recursos antes do término da guerra, especialmente se, como pode acontecer, ela se prolongar além de suas expectativas. Realmente, embora em uma só batalha os peloponésios e seus aliados possam ser bastante fortes para fazer frente a todos os helenos, eles seriam incapazes de sustentar uma guerra contra uma organização militar tão diferente da sua, entre outras razões por não terem uma assembléia única, não podendo, portanto, pôr em execução imediata qualquer medida de emergência; e como todos eles têm voto igual e são de raças diferentes, cada um luta para dar prioridade a seu próprio interesse. Nestas circunstâncias acontece freqüentemente que nada se faz.

De fato, dificilmente poderia ser de outra maneira, pois um deles pode querer vingar-se, do modo mais violento possível, de um inimigo, e outro pode querer apenas expor os seus bens ao menor dano possível. E quando, após um longo período, eles se reúnem, dedicam somente uma pequena parte de seu tempo ao exame de qualquer matéria de interesse comum, e a maior parte a seus interesses individuais. Cada um pensa que nenhum prejuízo advirá de sua negligência, mas que é obrigação dos outros serem providentes em vez dele; como todos fazem o mesmo raciocínio, inadvertidamente o bem comum é sacrificado por todos.

O mais importante é que a insuficiência de recursos financeiros os paralisará, pois a arrecadação lenta provoca demora e na guerra as oportunidades não esperam. Além disso, nem a construção de fortalezas em nosso território deve atemorizar-nos; nem a sua frota; quanto às primeiras, seria difícil, mesmo em tempo de paz, construir aqui uma cidade capaz de fazer frente a nossa, para não mencionar que teriam de fazer isso em território hostil e na mesma época em que estejam construindo suas fortalezas; embora possam causar danos a parte de nosso território, fazendo incursões e recebendo nossos desertores, isso não será suficiente para impedir-nos de navegar até os seus territórios e construir também fortalezas lá, ou de adotar represálias com nossa frota, na qual esta a nossa força. De fato ganhamos mais experiência em operações marítimas, e isto é uma vantagem que eles não obterão facilmente, pois vós mesmos, que começastes a praticá-las imediatamente após a guerra persa, ainda não as levastes a perfeição. Como, então, poderiam talvez se arriscar a um combate, buscando coragem, por ignorância,

meramente em seu número; mas se seu caminho estiver barrado por uma grande frota, eles permanecerão inativos e sua competência se deteriorará por falta de prática; só isto os tornará mais tímidos. A náutica, como qualquer outra técnica, é uma questão de exercício, e a prática neste caso não pode ser accidental, como uma atividade acessória; ao contrário, ela mais que qualquer outra, não comporta esta marginalidade.

Se eles se apoderassem do dinheiro de Olímpia ou deles e tentassem atrair mercenários entre nossos marinheiros, acenando-lhes com soldos mais altos, isto poderia ser perigoso, se não fossemos capazes de enfrentá-los, levando em conta que cidadãos e estrangeiros residentes já tripularam nossas naus. Afinal isto é da mais alta importância – nossos pilotos são cidadãos e nossas tripulações em geral são mais numerosas e melhores que as do resto da Hélade. Nenhum de nossos mercenários, na hora de enfrentar o perigo, quereria arriscar-se a ser banido de sua própria terra e, com menor esperança de vitória, ao mesmo tempo, lutar ao lado deles pela simples oferta de maior soldo por uns poucos dias.

Em minha opinião, esta, ou aproximadamente esta, é a situação dos peloponésios. Quanto à nossa, creio que estamos livres dos defeitos que aponte em relação a eles, e que sob outros aspectos, contamos com vantagens que contrabalançam folgadoamente as deles. Se marcharem contra nosso território, navegaremos contra eles, e a devastação de uma parte do Peloponeso será completamente diferente da de toda a Ática, pois eles seriam incapazes de obter outras terras em substituição, enquanto temos abundância de terras nas ilhas e no continente. O domínio do mar, na verdade, é uma grande vantagem. Refleti, então: se fossemos ilhéus, haveria povo menos sujeito a ser conquistado?

Agora devemos imaginar-nos tão próximos quanto possível dessa condição e desinteressar-nos de nossas casas, para ficarmos atentos à segurança do mar e de nossa cidade, sem que a perda do resto nos inspire tanta revolta a ponto de levar-nos a travar uma batalha decisiva em terra contra os peloponésios, muito superiores a nós em numero. Se os vencermos, teremos de enfrentá-los novamente com a mesma superioridade numérica a seu favor, e se falharmos, perderemos nossos aliados – a fonte de nossa força, pois eles não ficarão quietos se já formos capazes de ir contra eles. Não deveremos, tampouco, lamentar-nos pela perda eventual de nossas casas e terras, mas somente pela de vidas, pois aquelas não proporcionam homens, ao passo que os homens no-la proporcionam. Na realidade, se me julgasse capaz de persuadir-vos eu vos instaria a arrasá-las vós mesmos, mostrando assim aos peloponésios que este não é o meio de conseguir a vossa submissão.

Muito outros motivos também me levam a esperar que nos mostremos superiores, se vos comprometerdes a não tentar ampliar o vosso império enquanto estiverdes em guerra e não correr desnecessariamente perigosos adicionais devidos a vós mesmos; na realidade, preocupam-me mais os vossos erros que os planos do inimigo. Esses aspectos, todavia, ser-vos-ão melhor explicados em outra ocasião,

quando já estivermos em guerra. No momento, enviemos os embaixadores de volta com a seguinte resposta: “Quanto aos megáricos permitir-lhes-emos usar nossos mercados e portos se os lacedemônios cessarem de promulgar leis visando à expulsão de estrangeiros no que diz respeito a nossos aliados (nada no tratado, com efeito, proíbe a nossa ação ou a deles); quanto às cidades de nossa confederação, restituir-lhes-emos a independência se eram independentes de forma condizente, não com os interesses dos lacedemônios, mas com os desejos de cada cidade isoladamente; quanto a arbitragem, estamos prontos a submeter-nos a ela de acordo com o tratado, e não tomaremos a iniciativa de guerra, mas nos defenderemos. Compreendemos, todavia, que a guerra é inevitável, e quanto mais dispostos nos mostrarmos a aceitá-la, menos ansiosos estarão nossos inimigos por atacar-nos. Enfim, são os maiores perigos que proporcionam as maiores honras, seja às cidades, seja aos indivíduos. Foi assim que nossos pais enfrentaram os persas, embora não tivessem tantos recursos quanto a nós, e tenham abandonado até o que possuíam; mais por sua vontade que por sorte, e com uma coragem maior que a sua força repeliram o bárbaro e nos elevaram à grandeza presente. Não devemos ficar atrás deles, e sim nos defender contra nossos inimigos com todos os recursos disponíveis, para entregar à posteridade um império não menor”.

Segundo Kock, tendo como base Ducrot, Tucídes utiliza nesse discurso a teoria da pressuposição, ou seja, sob a forma de pressupostos, que consistem em elogios aos atenienses e críticas aos peloponésios, ele destaca no discurso a informação que deseja transmitir: **os atenienses entrando na guerra serão vitoriosos.**

Essa pressuposição se dá basicamente pela oposição, ou melhor, pela comparação entre esses dois povos. Tucídes utiliza como meios de comparação a caracterização individual de cada povo: no parágrafo 141 ele aponta as características dos peloponésios: eles mesmo lavram suas terras, não são possuidores de riquezas, não têm experiências em guerras prolongadas ou ultramarinas, não têm uma assembleia única, etc. Nota-se o emprego do advérbio de negação como marca de inferioridade. Nos parágrafos 142 e 143, tendo como base as características apontadas no parágrafo anterior, destaca a superioridade ateniense, pois os atenienses têm todas as qualificações negadas aos peloponésios e em grau superior. Vale a pena salientar que os atenienses não lavram suas terras porque tinham escravos que se encarregavam desse serviço e tinham a homogeneidade de uma assembleia única que lhes proporcionava decisões unânimes, enquanto que os peloponésios, sendo de raças diferentes, lutam por interesses particulares.

Tucídes também utiliza vários silogismos que permitem examinar o valor argumentativo encontrado subentendido na comparação. Como exemplo destaco dois:

1 – Os atenienses não devem se lamentar pela perda dos seus bens, suas casas e

terras, mas somente pelas vidas.

- Os bens não proporcionam homens, mas os homens proporcionam bens.
- O mais importante dos bens a ser conservado é a vida dos homens (§143).

2 – Uma das razões da inferioridade dos lacedemônios, embora sejam mais numerosos, é a falta de um ideal comum, uma vez que seu exército é composto de aliados, que defendem seus próprios interesses, e mercenários que lutam por quem paga mais.

- Uma das razões da superioridade ateniense, embora estivessem em menor número, é que através de assembleias chegam a um mesmo raciocínio e lutam por um ideal comum: a conservação da cidade.

- O ideal comum é superior ao valor numérico e, portanto, os atenienses são superiores aos lacedemônios (§141).

Ao pronunciar um discurso o orador, através da formulação do mesmo, procura manifestar sua intenção e a importância dos fatos é modificada por ele, ganhando um novo sentido de verdade, quase incontestável. Essa atitude confirma que não existe nem discurso nem orador neutro, pois quando alguém se pronuncia já espera uma determinada resposta.

Esse processo de não neutralidade do orador é demonstrado, também, no texto através de verbos que demonstram sua atitude proposital. São eles:

- 1- verbo ser – demonstra o conhecimento de informações por parte do orador sobre o estado do objeto da exposição e se encontra precisamente no início do discurso para que o ouvinte perceba que o discurso proferido é verdadeiro e seu emissor conhecedor dos fatos.

“Sei que os homens são em geral movidos pelo mesmo ânimo quando estão realmente engajados numa guerra e quando estão apenas sendo persuadidos a entrar nela, e mudam o seu modo de pensar de acordo com as circunstâncias. Ainda agora vejo que devo dar vos o mesmo conselho do passado, ou quase o mesmo, e espero, por uma questão de justiça, que aqueles que nos apoiarem se mantenham co-responsáveis pela decisão, no caso de falharmos, ou então não aspirem, no caso de sucesso, às honras de uma decisão inteligente.”

OBS.: Essa parte inicial do discurso, parágrafo 140, denominada proêmio, utiliza verbos na primeira pessoas do singular, estes verbos se encontram grifados no texto citado acima, pois nele o orador especifica o que espera alcançar com o seu discurso.

- 1 - verbo crer – vai ser expresso no final do discurso, pois demonstra a opinião do orador, opinião que deve ser compatível com os fatos citados anteriormente

no texto.

“Em minha opinião, esta, ou aproximadamente esta, é a situação dos peloponésios. Quanto a nossa, creio que estamos livres dos efeitos que aponte em relação a eles, e que sob outros aspectos, contamos com vantagens que contrabalançam folgadoamente as deles (§ 143)”.

Outros itens confirmam a não neutralidade do orador, tais como:

- uso de expressões do tipo “em minha opinião”, grifado no texto citado acima.

- uso de pronome ME:

“Muitos outros motivos também me levam a esperar que nos mostremos superiores... (§ 144)”

- uso de verbos na primeira pessoa do plural, onde o orador se inclui como participante da ação verbal e das decisões:

“Não tomaremos a iniciativa da guerra, mas nos defenderemos contra aqueles que o fizerem. Esta resposta é justa e ao mesmo tempo coerente com a dignidade de nossa cidade (§144)”.

Ainda enfocando a utilização verbal como processo argumentativo, cabe ressaltar a proposta de H. Weinrinch analisada por Kock quanto à função dos tempos verbais, proposta esta que se enquadra perfeitamente ao objetivo desse discurso.

O discurso de Péricles utiliza os verbos do chamado grupo I, ou seja, do mundo comentado. O emprego desses tempos, segundo Kock, adverte o ouvinte que ele tem o compromisso de manifestar a sua opinião no final do discurso, e é esse, exatamente, o ideal, do discurso deliberativo.

Embora o uso desses tempos seja freqüente no decorrer do texto, para fins explicativos destaca-se o seguinte trecho:

“Cada um pensa que nenhum prejuízo advirá de sua negligência, mas que é obrigação dos outros ser providente em vez dele; como todos fazem o mesmo raciocínio, inadvertidamente o bem comum é sacrifício por todos (§141)”.

No decorrer desta análise também observamos que o orador é um cidadão especial dotado de qualificações específicas e que se utiliza um discurso como meio para alcançar os seus objetivos. Contudo, esse discurso de Péricles não tem propriamente um tom autoritário.

No parágrafo 140 o orador esclarece ao ouvinte a responsabilidade de ser tomar uma decisão:

“Ainda agora vejo que devo dar-vos o mesmo conselho do passado, ou quase o mesmo, o espero, por uma questão de justiça, que aqueles que nos apoiarem se mantenham co-responsáveis pela decisão no caso de falarmos, ou então não aspirem, no caso de sucesso, às honras de uma decisão inteligente,”

Essa atitude atribui ao discurso um caráter de liberdade de escolha que não

passa de uma estratégia, manobra discursiva, pois durante todo o texto o orador tenta levar o ouvinte a aderir ao seu discurso tentando mostrar que os atenienses são superiores aos lacedemônios e que devem votar pela guerra, pois ela é inevitável:

“Não tomaremos a iniciativa de guerra, mas nos defenderemos contra aqueles que o fizerem. Esta resposta é justa e ao mesmo tempo coerente com a dignidade de nossa cidade. Devemos compreender, todavia que a guerra é inevitável, e quanto mais dispostos nos mostramos a aceitá-la, menos ansiosos estarão nossos inimigos por atacar-nos (§ 144)”.

“Não devemos ficar atrás deles, e sim defender-nos contra nossos inimigos com todos os recursos disponíveis, para entregar a posteridade um império não menor (§ 144)”.

Embora o orador não utilize esse “tom autoritário”, acredita no poder de persuasão do seu discurso e manifesta isto ao antecipar e resultado obtido por ele: a guerra.

“Esses aspectos, todavia, ser-vos-ão melhor explicados em outra ocasião, quando já estivermos em guerra. (§ 144)”.

O processo argumentativo incorpora um novo item. A persuasão, finalidade primeira do discurso, vai se utilizar não só da estrutura argumentativa das frases como também de carga emocional contida nas palavras.

Segundo Aristóteles, o orador deve possuir a capacidade de suscitar paixões no ouvinte. Segundo ele as paixões “são os meios pelos quais se fazem mudar os homens nos seus juízos e que têm por consequência o prazer e a dor, como por exemplo, a cólera, a compaixão o temor e todas as outras paixões semelhantes e aquelas que são contrárias.”(Retórica II,1,1378^a.)

Péricles em seu discurso suscita vários tipos de “paixões” no ouvinte. Dentre elas se destacam duas que são molas propulsoras para o desenvolvimento da guerra: o medo de perderem seus bens e se tornarem submissos, e o valor de honra (valor guerreiro) atribuído aos seus antepassados, valor que deve ser mantido pela geração presente como exemplo para a posterior:

“Deveria conformar-vos, então, aqui e agora, com receber ordens deles antes que vos façam algum mal, ou, se pretendes ir à guerra – como a mim me parece mais acertado – ide com a determinação de não ceder sob pretexto algum, grande ou pequeno, e de não vivermos amedrontados por causa dos bens que possuímos. Toda reivindicação, seja grande ou pequena, resulta na mesma sujeição quando, sem julgamento prévio, ela nos é apresentada sob a forma de exigência por alguém igual nós (§ 141)”.

“Enfim são os maiores perigos que proporcionam as maiores honras, seja à cidade, seja aos indivíduos. Foi assim que nossos pais enfrentaram os persas, embora não tivessem tantos recursos quanto nós, e tenham abandonado até o que

possuíam: mais por sua vontade que por sorte, e com uma coragem maior que sua força, repeliram o bárbaro e nos elevaram a grandeza presente. Não devemos ficar atrás deles, e sim defender-nos contra nossos inimigos com todos os recursos disponíveis, para entregar a posteridade um império não menor(§ 144)”.

Vale a pena observar que seja qual for a forma de persuasão utilizada por Péricles, emotiva ou demonstrativa, ele não deixa de falar na superioridade dos atenienses, principal certeza de vitória. Como exemplo destacam-se as partes grifadas do texto acima.

A Análise desse discurso é apenas uma pequena ilustração dos processos selecionados por estudiosos, como Kock, para a compreensão da força de linguagem. O índice de persuasão utilizado por Péricles foi tão grande, e aceito como princípio de verdade absoluta e incontestável que os atenienses aderiram imediatamente as suas propostas:

“Assim falou Péricles. Os atenienses, considerando que ele os estava aconselhando da melhor maneira, votaram como ele pediu e responderam aos lacedemônios de conformidade com a sugestão quanto aos detalhes, tais como ele os apresentou, e afirmando, quanto ao conjunto, que nada fariam sob compulsão (§ 145)”.

Tal foi o poder de persuasão que os atenienses entraram em uma guerra, denominada guerra do Peloponeso, que durou 27 anos, de 431 a 404 a.C. e saíram vencidos por aqueles que consideravam ser inferiores.

Depois de Aristóteles a preocupação com a sistematização de regras que possibilitassem ao leitor-ouvinte compreender os mecanismos utilizados na linguagem, e a argumentatividade, “possibilidade de, através de certos sinais, levar o interlocutor a determinados tipos de conclusão, com exclusão de outros”(Kock, 1987:162), implícita, ou não, na língua, se tornou maior e mereceu muitos outros “tratados”.

Esse trabalho não só demonstrou como uma parte dessas regras, uma vez que existem muitas outras, podem ser aplicadas, mas também que elas são atemporais, ou seja, embora tenham sido “formuladas” a partir da década de 60, podem ser aplicadas na análise de um discurso do século V a.C.

Concluindo, o que se espera ter salientado é que todo texto possui força argumentativa, e quando o homem, ser social, se dá conta de que a linguagem é um meio para alcançar o desejado, tenta aperfeiçoá-la para que se torne um instrumento melhor.

Bibliografia

ARISTOTELES. Arte retórica e arte poética. Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint S.A.

KOCK, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo, Ed. Cortez, 1987

MURPHY, James J. Sinopsia histórica da la retórica clássica. Madrid, Editorial Gredos S.A. 1989.

PLEBE, Armando. Breve historia da retórica antiga. São Paulo, Ed. Pedagógica e Univerditaria Ltda, 1978

TUCIDES. Historia da guerra do peloponeso. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

VOGT, Carlos. O Intervalo semântico. São Paulo, Atica, 1977.